



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2026 a 28/02/2026

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/4

1.2026.N	Sessão Ordinária - CD	02/02/2026-16:44
Publ.: DCN - 02/02/2026 - 13	Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente da Câmara dos Deputados discursou na Sessão Solene do Congresso Nacional para abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura. Realizou a abertura dos trabalhos destacando a responsabilidade da Câmara no ano de seu bicentenário e defendendo uma agenda orientada por entregas e compromisso democrático. Fez um balanço de 2025, citando a aprovação da reforma do Imposto de Renda, a conclusão da reforma tributária e a criação do ECA Digital, além de pautas em segurança, economia e educação. Para o primeiro semestre, apontou a votação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que altera a Lei nº 14.237, de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo, voltada a mais de 15 milhões de famílias, e a prioridade da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, denominada PEC da Segurança Pública, com foco no combate ao feminicídio. Indicou o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, a denominada PEC da escala 6x1. Também ressaltou a análise do acordo Mercosul-União Europeia (UE), discussões sobre inteligência artificial, data centers e regulação do trabalho por aplicativos. Por fim, reafirmou a independência institucional e o diálogo entre Poderes.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, meu querido amigo Senador Davi Alcolumbre; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin; Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que nesta ocasião representa o Presidente da República, Sr. Rui Costa; Exmo. Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Carlos Veras; Srs. Senadores; Sras.



Senadoras; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; imprensa aqui presente; senhoras e senhores; é com muita satisfação que participo desta solenidade de abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Congresso Nacional.

Início este novo ciclo com confiança e convicção de que seguiremos trabalhando com responsabilidade, espírito público e compromisso com a democracia.

O ano de 2025 foi de muitas conquistas. A Câmara aprovou a reforma do Imposto de Renda, concluiu a reforma tributária e aprovou a proteção de crianças e adolescentes em ambiente digital, o ECA Digital, além de tantas outras matérias nas áreas da segurança pública, economia e educação.

É um orgulho e uma responsabilidade presidir a Câmara dos Deputados no ano de seu bicentenário, celebração que reafirma seu papel essencial na construção de um Brasil mais justo, participativo e soberano.

Que 2026 continue sendo um ano de entregas ao País, atendendo sempre às expectativas da população, em sintonia com as ruas! E que nós, Parlamentares, sigamos transformando a esperança das pessoas em realidade!

Cabe a este Plenário, soberano e independente, perseguir esse caminho dia e noite, com votações de propostas de interesse do País, e fazer valer a prerrogativa constitucional do Congresso de destinar as emendas parlamentares aos rincões Brasil afora, que na maioria das vezes não estão aos olhos do poder público.

É pensando nisso tudo que teremos uma agenda intensa no primeiro semestre. Hoje mesmo devemos votar a medida provisória Gás do Povo, um tema crucial para o dia a dia dos brasileiros, uma proposta que beneficia mais de 15 milhões de famílias.

Logo após o carnaval, avançaremos com a PEC da Segurança Pública, um assunto de extrema preocupação por parte da maioria dos brasileiros. Esta Casa tem um compromisso com essa PEC. É nossa obrigação priorizar o combate à violência contra a mulher e principalmente o feminicídio, tudo isso feito em parceria com os demais Poderes, uma agenda que não pode mais esperar.

Devemos acelerar também o debate sobre a PEC da escala 6 por 1, com equilíbrio e responsabilidade, ouvindo trabalhadores e empregadores.

No plano internacional, merece destaque a assinatura, em janeiro último, do tão esperado acordo entre a União Europeia e o Mercosul, um marco histórico que inaugura uma etapa relevante de integração e de oportunidades para o Brasil. Caberá ao Congresso Nacional analisar o texto em sua íntegra, e aqui na Câmara dos Deputados daremos agilidade à discussão e aprovação desse acordo, que aguardamos há 26 anos.

A Câmara deve sempre estar na vanguarda do que acontece do lado de fora, no



mundo. Por isso, queremos ainda apreciar o tema da inteligência artificial e nos debruçar sobre a matéria de incentivo aos serviços de *data center*, iniciativa essa que abre janela relevante de investimentos no País.

Da mesma forma, vamos aprofundar as discussões sobre a relação entre trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais, buscando conciliar produtividade, direitos e desenvolvimento. Essa tarefa é indispensável para preparar o Brasil para uma nova economia, baseada em tecnologia, em inovação e em investimentos sustentáveis.

Conto com os nobres pares para fazermos de 2026 um ano de serenidade, de firmeza institucional e de entregas concretas.

Senhoras e senhores, a Câmara dos Deputados seguirá sendo a Casa do povo brasileiro, atuando sempre com independência e em harmonia com os demais Poderes.

Muito obrigado.

Documento 2/4

2.2026	Sessão Ordinária - CD	03/02/2026-18:08
Publ.: DCD - 04/02/2026 - 149	Helder Salomão-PT -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado contestou críticas ao Governo e afirmou que parte dos discursos na Casa ignorou indicadores sociais e econômicos recentes. Comparou o cenário com a gestão anterior, citando retorno ao Mapa da Fome, aumento da extrema pobreza, congelamento do salário mínimo e ausência de reajuste na merenda escolar. Defendeu que o Governo atual encerrou o terceiro ano com queda do desemprego e ampliou políticas públicas, mencionando programas de saúde, como Mais Médicos Especialistas e ações voltadas à saúde da mulher, além do Programa Pé-de-Meia na educação. Também citou recordes no Plano Safra da agricultura familiar, avanços na reforma tributária com alíquota zero para a cesta básica, igualdade salarial entre homens e mulheres, e os programas Luz do Povo e Gás do Povo. Também ressaltou a isenção e redução do Imposto de Renda para faixas de renda que incluíam a classe média. Por fim, apontou como prioridades para 2026, a tarifa zero no transporte coletivo, o fim da escala 6x1 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública.



O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu fico ouvindo alguns discursos aqui e, sinceramente, fico bastante preocupado, porque me parece que alguns Parlamentares vivem uma realidade paralela. Alguns Parlamentares que me antecederam disseram que este Governo está deixando o povo mais pobre.

No Governo passado, o povo estava na fila do osso; o Brasil voltou para o Mapa da Fome; mais de 30 milhões de brasileiros foram colocados na extrema pobreza novamente; o salário mínimo ficou congelado por 6 anos; o valor da merenda escolar por aluno ficou 6 anos sem reajuste.

Agora é o Governo atual que quer que o povo fique mais pobre? Este Governo encerra o terceiro ano com o menor desemprego da série histórica, com o Programa Mais Médicos Especialistas, que está levando atendimento para os Estados brasileiros e para os Municípios, com a carreta da saúde da mulher, zerando as filas de especialistas. Este Governo criou o Programa Pé-de-Meia, que beneficia milhões de jovens com a bolsa do ensino médio. O Plano Safra da Agricultura Familiar bate recordes de investimento. A reforma tributária que nós aprovamos aqui, a partir de agora, passa a ser um instrumento de justiça tributária. E nós não podemos esquecer que votamos, no âmbito da reforma tributária, a alíquota zero para os produtos da cesta básica, embora seja necessário registrar que alguns Parlamentares votaram contra a alíquota zero para a cesta básica.

Nós votamos aqui nesta Casa a igualdade salarial entre homens e mulheres, que é um desafio enorme. Homens e mulheres cumprem as mesmas funções, e as mulheres recebem menos. Nós aprovamos também o programa Luz do Povo, que vai garantir energia elétrica de graça ou mais barata para 60 milhões de pessoas inscritas no CadÚnico.

Ontem nós votamos a Medida Provisória do Gás do Povo, que vai garantir gás de graça para 15,5 milhões de famílias brasileiras. Este é o Governo que está valorizando as famílias. E estão dizendo que nós estamos criando problemas para a classe média? Este Governo mandou para cá, e nós aprovamos, a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e redução de Imposto de Renda para quem ganha de 5 mil a 7.350 reais, o que atinge em cheio a classe média, que vai deixar de pagar imposto.

Então, minha gente, nós iniciamos o último ano deste Governo comemorando, mas sabendo que ainda precisamos avançar. E vamos avançar, porque enquanto eles colocaram o Brasil de novo no Mapa da Fome, nós estamos reestruturando as políticas sociais e devolvendo a dignidade, a democracia e a soberania ao nosso povo.

Algumas pautas serão prioritárias neste ano: tarifa zero no transporte coletivo, fim da escala 6 por 1 e a votação da PEC da Segurança. Elas são fundamentais



para o nosso País.

Muito obrigado.

Documento 3/4

8.2026	Sessão Ordinária - CD	24/02/2026-19:40
Publ.: DCD - 25/02/2026 - 161	José Medeiros-PL -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou preocupação com o início da vigência da nova reforma tributária e seus possíveis impactos sobre Estados e Municípios, especialmente aqueles com menor população e baixa arrecadação, como Mato Grosso e diversos entes do Nordeste. Argumentou que a centralização de receitas poderá comprometer a autonomia financeira municipal, ao sustentar que o fundo de compensação anunciado poderá não se concretizar, a exemplo do que ocorreu com a Lei Kandir e o Fundo de Apoio às Exportações (FEX), que acabaram por não assegurar repasses regulares aos Estados exportadores. Além disso, alertou que a queda de receitas afetará o pagamento de despesas correntes e impedirá a execução de emendas parlamentares nos Municípios. Ademais, assinalou que, apesar dos recordes de arrecadação federal, Estados enfrentam dificuldades para investimentos em infraestrutura, citando problemas vividos do Mato Grosso. Por fim, criticou entraves administrativos e exigências que contrariam a lei criados pelo Ibama e pela Funai do Governo do PT e protegidos pelo STF, e defendeu revisão de normas infralegais que limitam o desenvolvimento regional e nacional.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento ímpar na história do Brasil. Está se avizinando o início da vigência da nova reforma tributária, que foi feita aqui.

Eu não sei como os Municípios vão sobreviver. Por exemplo, o Estado de Mato Grosso não tem uma grande população. Essa também é a realidade de Estados do Nordeste, que têm muitos Municípios com uma pequena população. Com essa reforma tributária, as fontes de alimentação desses Municípios, que têm pequena arrecadação, vão se acabar, e vai estar tudo aqui em Brasília.

Dizem o seguinte: "*Vai haver um fundo de compensação*". Ora, essa história é conhecida. Eu não falo deste Governo ou daquele outro. O Governo, por si só, tem natureza arrecadatória, tem muita voracidade arrecadatória. Eu digo isso pelo seguinte: quando foi criada, a Lei Kandir dizia que Estados como Mato



Grosso, por exemplo, que têm vocação exportadora, teriam à disposição um fundo de compensação, o chamado "FEX". Ora, para receber verba do FEX era preciso enfrentar a demora, e você tinha que judicializar. Por fim, ninguém recebia mais. Diziam: *"Ah, compensou, fez indenização, não precisa mais"*. Agora dizem que vai haver uma câmara de compensação. Conversa fiada! Na verdade, os Municípios vão ficar a pão e água.

Eu tenho dito aos Prefeitos e aos Vereadores que vêm aqui, porque o advento das emendas que existe hoje no Governo Federal também existe nos Municípios, o seguinte: *"Esqueçam. A primeira coisa que vai ter que ser cortada são as emendas, porque a Prefeitura não vai ter nem como pagar a folha"*. Então, nós precisamos fazer aqui um exercício de reflexão, independentemente de cor partidária ou de viés ideológico, porque a água vai bater no queixo logo, logo. Eu estou vendo as empresas já desesperadas porque não sabem o que vão fazer em relação a isso, e essa é só a fase de transição dessa reforma tributária.

Eu encerro aqui, Sr. Presidente, trazendo uma preocupação muito grande. Apesar de, em todos os meses, a arrecadação bater recorde, a gente não está vendo o dinheiro chegar aos Estados. Mato Grosso vive de infraestrutura. Mato Grosso está à míngua, com atoleiros, com rodovias que não saem. E há ainda o problema das licenças. Este Governo tem um problema sério, Sr. Presidente, em relação ao viés ideológico para emitir licença.

Eu acho que eles tinham que separar: até aqui se faz política governamental ideológica; depois daqui, não. E quais são esses limites de que eu falo? Quando se trata de desenvolvimento regional, quando se trata de desenvolvimento do País, tinha que haver uma visão mais pragmática. Por quê? Porque a nossa lei autoriza, mas as filigranas das portarias que ficam dentro de Ibama, Funai e tudo não deixam que o País avance.

Esse próprio Presidente que está aí disse uma coisa com que eu concordo. Ele falou: *"Se fosse hoje, Juscelino Kubitschek, em 5 anos, não faria nem a cabeceira do Aeroporto de Brasília"*. E não faria mesmo, por causa também das licenças. Esses são só entraves, só entraves.

Em que pese haver um Congresso, em que pese haver uma estrutura aqui para destravar isso, nós não conseguimos fazê-lo, Sr. Presidente. Nós não conseguimos destravar porque o funcionário que está lá atrás da mesa esbarra em uma portaria que foi colocada totalmente fora da concordância deste Parlamento. Isso passa a virar cláusula pétrea, porque hoje o Supremo entende que qualquer revisão de uma portaria que seja já é retrocesso ambiental. Vão criando isso, que é a cara do PT. Isso é da criação petista.

Obrigado.



8.2026	Sessão Ordinária - CD	24/02/2026-00:20
Publ.: DCD - 25/02/2026 - 268	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei sobre o Redata, de autoria do Deputado José Guimarães, relacionando-o à Emenda Constitucional 132, que trata da reforma tributária sobre o consumo. Afirmou que o programa cria incentivos tributários para atrair investimentos em data centers no Brasil, com impacto mais relevante até 2026, antes da plena vigência da Contribuição sobre Bens e Serviços. Ressaltou a conexão entre data centers, inteligência artificial e infraestrutura tecnológica, defendendo investimentos estratégicos para garantir competitividade e soberania digital ao País. Também afirmou que o projeto mantém as exigências ambientais já previstas na legislação e acrescenta a obrigatoriedade de divulgação de relatório de sustentabilidade pelas empresas habilitadas. Por fim, mencionou a expectativa de avanço na tramitação do Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, sobre inteligência artificial.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, além de comentar o destaque, quero aproveitar para também fazer aqui uma referência a este momento, que acho importantíssimo.

Primeiro, como já foi colocado por alguns Parlamentares, aproveito para felicitar o autor da proposição, o Deputado José Guimarães, que apresentou um projeto extremamente importante. Esse projeto já se conecta com outro projeto, que foi uma emenda constitucional, tão importante quanto. E aqui eu vejo os Deputados Luiz Carlos Hauly, Gastão Vieira, Vitor Lippi, Reginaldo Lopes e tantos outros que participaram dessa construção. Refiro-me à Emenda Constitucional 132, que nos trouxe uma reforma tributária sobre o consumo no País.

Por que isso tem conexão com o Redata? O Redata, na verdade, é um programa de benefício tributário que permite que investimentos sejam feitos no Brasil. Esses são investimentos importantíssimos para o nosso País, sobretudo nessa corrida de que participaremos nos próximos 2 ou 3 anos. Nossa Deputada Adriana Ventura tem acompanhado isso de perto. Nós estamos vivendo em um mundo que evolui a passos largos, que chega a nos assustar com essa velocidade cada vez maior de evolução tecnológica. E nós não podemos passar ao largo deste momento que tem transformado o mundo.

Nós temos nos dois polos do mundo Estados Unidos e China, nessa corrida tecnológica, e o Brasil, que é um grande consumidor de tecnologia — porque o brasileiro, na sua essência, é digital —, também passa a ser um mercado



importantíssimo, sobretudo para aqueles países que falam a língua portuguesa.

Então, nesse contexto, o Redata vem em um momento importante. E eu conecto o Redata com a reforma tributária. Como eu li no meu voto, vejam que o maior impacto do Redata será exatamente no ano de 2026. Por quê? Porque, a partir de 2027, a CBS já passa a vigorar na sua plenitude. Então, nós vamos ter outro momento no País. Por isso, havia sido estimado pela Receita cerca de 5 bilhões de isenção em PIS/Pasep, Cofins, IPI e Imposto de Importação — que acabamos de votar aqui —, o que passará a ser, sem dúvida alguma, extremamente importante.

O projeto dos *datacenters* também tem conexão com a IA, lógico, porque não existe inteligência artificial sem *datacenter*, assim como não existe *datacenter* sem energia. Então, *datacenter* também é um negócio que depende de energia. Mas também não existe inteligência artificial sem infraestrutura tecnológica. E é isso que devemos nos focar, a partir de agora, para que tenhamos um País — aí sim — com conectividade, com cabo submarino, com satélite. Essa é a verdadeira soberania. Nós só vamos ter soberania se tivermos a coragem de, inclusive, quando da discussão do Orçamento Geral da União, colocarmos recursos que façam jus àquilo que é demanda do País. Se essa é uma decisão da nossa sociedade, é fundamental que tenhamos esses investimentos feitos no nosso País nessa janela de oportunidade, porque isso vai passar.

Estamos sendo aqui criteriosos. E quero destacar um ponto importante do Redata, que foi exatamente garantir um investimento com o olhar verde, pensando no meio ambiente. Isso é um selo que nós estamos agregando ao Brasil para o investidor do mundo todo. Isso foi feito aqui. Eu queria aproveitar este momento para colocar isso.

Aproveito, Presidente Hugo Motta, para agradecer a V.Exa. pela nossa designação nessa relatoria, pela confiança, e parabenizá-lo pela condução. Agradeço a todos os Líderes que participaram dessa construção e que nos permitiram chegar a este momento. Agradeço também à equipe do Ministério da Fazenda, ao Dario, ao Igor, que está aqui, e ao Wagner, a todo o pessoal, ao nosso corpo técnico, ao Alexandre, ao Fabiano, aos nossos Leandros e ao Marco Antônio, que trabalharam conosco nesse projeto para que tivéssemos um texto rápido, Deputado José Guimarães.

Rapidamente, em relação a este destaque, quero dizer que, para todo empreendimento no Brasil, nós já temos uma legislação específica de meio ambiente. Então, um *datacenter* também tem que ter licença ambiental, também tem que ter estudo de impacto ambiental, também tem que tirar uma LI, tem que tirar uma licença ambiental, mas, para além disso — já existe legislação pertinente —, nós também colocamos na lei uma diretriz para se dar publicidade a isso, para que todos tenham conhecimento.

(Pausa.)



Isso está no art. 11-B, § 10.

Portanto, já existe uma diretriz. Ninguém vai abrir um *datacenter* sem ter estudo de impacto ambiental, sem ter uma LI, uma LO, licença operacional, que os órgãos ambientais hoje já têm, tanto os estaduais quanto os federais, dependendo de sua jurisdição. Nós inserimos o § 10 no art. 11-B.

11-B

.....

§ 10. A pessoa jurídica habilitada ao Redata deverá publicar, em sítio eletrônico de fácil acesso, relatório de sustentabilidade das instalações ou unidades operacionais de datacenters habilitadas no Regime, contendo, no mínimo, o Índice de Eficiência Hídrica (WUE), as fontes de energia elétrica utilizadas para atender a totalidade da sua demanda e os demais indicadores de sustentabilidade, nos termos do regulamento.

Fizemos isso para reforçar e dar maior publicidade, afora o que os órgãos ambientais já exigem.

No mais, eu aproveito para agradecer a todas as Sras. e Srs. Parlamentares e falar da nossa alegria de estarmos hoje cumprindo uma etapa importante. Se Deus quiser, como já nos determinou o Presidente Hugo Motta — estamos conversando com a nossa Presidente da Comissão Especial, a Deputada Luisa Canziani —, nós possamos ter já o texto que trata do PL 2.338/2023, de inteligência artificial, sendo votado nos próximos meses. Se Deus quiser, em meados de abril, a gente já pode ter trazido isto aqui para o Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.